

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da
Câmara nº 12, de 2004 (PL nº 3.371, de 1997,
na Casa de origem) que “altera o art. 259 da
Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973—Código
de Processo Civil.”

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 - CCJ)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VII do art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro
de 1973—Código de Processo Civil, de que trata o art. 1º do Projeto:

‘Art. 1º’

‘Art. 259.’

.....

VII—quando o litígio tiver por objeto bem imóvel, o valor da estimativa
fiscal de lançamento do imposto territorial ou predial, ou a medida do
benefício patrimonial pretendido pelo autor, em sua proporção, quando for
o caso, e se não se puder aplicar o primeiro critério.’ (NR)’

Emenda nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 - CCJ)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VIII do art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro
de 1973—Código de Processo Civil, de que trata o art. 2º do Projeto:

‘Art. 2º’

‘Art. 259.’

.....

VIII—quando o litígio tiver por objeto bem móvel, o valor estimado do
bem disputado.’ (NR)’

Emenda nº 3
(Corresponde à Emenda nº 3 - CCJ)

Dê-se a seguinte redação ao Projeto:

“Altera o art. 259 do Código de Processo Civil, quanto às regras para a fixação do valor da causa.”

Senado Federal, em 26 de abril de 2005

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal